

AS OCUPAS E AS OCUPAÇÕES SECUNDARISTAS: FEMINISMO, POLÍTICA E INTERSECCIONALIDADE

Isabella Silveira *
Luís Antonio Groppo **

Resumo: O artigo trata da atuação das estudantes de Ensino Médio que ocuparam suas escolas – as ocupas – em dois municípios do Sul de Minas Gerais, em 2016, contra decisões e propostas do governo federal que significavam retrocessos no campo da educação e dos direitos sociais. A pesquisa que deu origem a esse texto teve como objetivo compreender os sentidos da participação dessas estudantes nesta ação coletiva e os impactos que essa participação teve em suas formações política e pessoal. Foram feitas entrevistas semi-estruturadas com cinco meninas que ocuparam suas escolas no Sul de Minas Gerais, as quais desempenharam papéis de protagonismo no movimento, se destacando nos processos de formulação política, uma característica forte desta onda de lutas juvenis. Como resultados, constatou-se a posição central e na linha de frente das meninas nas ocupações, a vivência na prática de um feminismo classista e interseccional e a relevância da concepção de empoderamento coletivo para compreender a dinâmica das relações de gênero durante as ocupações e possíveis legados para novas lutas sociais. As ocupações colocaram para os sujeitos que a vivenciaram novas perspectivas de atuação social e política, que se efetuarão na prática das relações sociais que permearam as escolas ocupadas, em que gênero, raça e classe eram palavras ouvidas com bastante frequência.

Palavras-chave: ocupações; feminismo; gênero; empoderamento coletivo.

THE OCCUPATION GIRLS AND THE SECONDARY OCCUPATIONS: FEMINISM, POLITICS AND INTERSECTIONALITY

Abstract: The article deals with the performance of high school students who occupied their schools - the occupation girls - in two municipalities in the south of Minas Gerais in 2016, against federal government proposals that meant setbacks in the field of education and social rights. The research that gave origin to this text had as objective to understand the senses of the participation of these students in this collective action and the impacts that this participation had in its political and personal formations. Semi-structured interviews were conducted with five girls who occupied their schools in the south of Minas Gerais, who played a prominent role in the movement, highlighting in the processes of political formulation a strong characteristic of this wave of youth struggles. As results, the central and front-line position of girls in the occupations, experience in the practice of a classist and intersectional feminism, and the relevance of the concept of collective empowerment to understand the dynamics of gender relations during occupations and possible bequests for new social struggles. The occupations brought to the subjects who experienced it new perspectives of social and political action, which were carried out in the practice of social relations that permeated occupied schools, where gender, race and class were words heard quite frequently.

Keywords: occupations; feminism; genre; collective empowerment.

Introdução

A pesquisa¹ que deu origem a esse artigo nasceu da constatação da presença largamente central e majoritária de mulheres adolescentes entre

estudantes de Ensino Médio que ocuparam suas escolas no Brasil, nos últimos meses de 2015 e ao longo de 2016: as ocupas. Essas ocupas, por sua vez, tinham origem largamente nas camadas populares. Tivemos, assim, um movimento marcadamente feminino, adolescente e popular, forte principalmente nos estados de São Paulo, Goiás, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul e Ceará. O objetivo comum das ocupações era a denúncia da precarização e do sucateamento do ensino público. O movimento estudantil secundarista se apropriou, deste modo, de um processo de mobilização que tinha como principal eixo de ação a ocupação dos espaços públicos.

As experiências latino-americanas de lutas estudantis, como a da Argentina e a do Chile (chamada de *A Revolta dos Pinguins* em 2006 e 2011)², influenciaram estudantes das escolas públicas no Brasil em 2015 e 2016. As e os secundaristas fizeram das ocupações um movimento radicalizado que se inseriu no debate político mais amplo e nacionalizado, delimitou a discussão de políticas educacionais e se caracterizou também pela ampla discussão de outros aspectos formativos de cidadania e participação social, que passavam pela discussão sobre qual escola e que tipo de educação podem ser consideradas como de qualidade e democráticas.

Neste cenário de mobilizações que se desenharam em contextos de acirramentos políticos intensos, meninas secundaristas trouxeram com muita propriedade o debate sobre gênero. Elas ocuparam espaços políticos importantes com grandes responsabilidades e debateram feminismo, protagonismo feminino e representatividade, sem tirar a centralidade da luta contra a retirada de direitos sociais. Elas pautaram as relações de gênero, dentro dos movimentos secundaristas, como uma condição inseparável do processo de organização democrática das ocupações.

As estudantes de escolas públicas de todo o país, majoritariamente com origem na classe trabalhadora, construíram uma narrativa importante para o acúmulo do movimento feminista. Na perspectiva da organização das mulheres e ocupação de espaços políticos, a democracia é basilar, e a forma de organização de estudantes, sustentando uma ação autogerida amparada em divisão de tarefas, foi muito importante para a garantia de participação com igualdade dos espaços mais legítimos das ocupações, como as assembleias e formações políticas.

Por todo o ano de 2015 e 2016 os motes³ “Lute como uma menina” e “Lugar de mulher é onde ela quiser” apareceram com frequência nas redes sociais e

estavam presentes em cada espaço ocupado por meninas secundaristas. *Lute como uma menina* ganhou destaque nas redes sociais quando se tornou o título do documentário dirigido e produzido por Beatriz Alonso e Flávio Colombini e que foi assistido por estudantes secundaristas de todo o país a partir de sua estreia e divulgação pública no início de 2016.

O documentário viria a legitimar o que já era sabido, pois já tínhamos sinais de um novo ciclo feminista no Brasil. Rosana Pinheiro-Machado (2018), resumiu bem essa potencialidade feminista em artigo em 2018, ano de grande reviravolta política e de contra reações conservadoras aos movimentos sociais progressistas, que foram representadas pelo nome do então candidato de extrema-direita à presidência da república.

Para tanto, a utilização das entrevistas semiestruturadas foi fundamental para conseguir sistematizar as experiências que marcaram os processos das ocupações. Os dados produzidos por essas entrevistas⁴, que têm características de memória e relato, foram analisados a partir de categorias e conceitos pertinentes ao recorte do objeto.

Primeiramente, foram retomados os contatos com pessoas que participaram dos movimentos de ocupação de escolas de um município do sul de Minas Gerais, no ano de 2016, nosso recorte temporal para esta pesquisa, para a solicitação de indicações de pessoas para serem entrevistadas. Estes contatos fazem parte de uma rede pessoal de meninas já conhecidas e outras que foram indicadas, possuem entre 18 e 19 anos e já não são mais estudantes das escolas que ocuparam, pois já completaram o Ensino Médio. Destes contatos, chegamos a três meninas, de diferentes escolas que foram ocupadas, que foram apontadas como referências, lideranças ou protagonistas das ocupações. Também chegamos a mais duas meninas de um segundo município sul-mineiro, que foram lembradas por suas importantes contribuições políticas ao serem indicadas.

Para além, estão presentes ao longo da escrita alguns trechos da entrevista feita com a estudante Ana Júlia Ribeiro, secundarista do Estado do Paraná que se destacou nacionalmente depois de um discurso proferido na Assembleia Legislativa do seu estado no dia 26 de outubro de 2016. A entrevista com Ana Júlia foi feita em uma reunião do Grupo de Estudos da Juventude, do qual participam a autora e o autor.

1 O protagonismo das ocupas

Na intenção de compreender o impacto que o movimento teve nos sujeitos participantes, procuramos investigar, na dimensão das relações interpessoais, como as ocupações foram capazes de reestruturar, ressignificar e apresentar as e aos estudantes novas formas de construção de afeto e vínculo. Para tanto, consideramos a necessidade de estabelecer um recorte ou um eixo categorial que fosse capaz de nos fornecer conceitos e ideias para que nos debruçássemos sobre esta tarefa.

O objetivo foi tentar compreender as relações estabelecidas naquele contexto por meio do debate de gênero. A escolha não foi ocasional. Além da grandeza conceitual da categoria gênero, também é preciso considerar que existe um novo feminismo em ascensão no Brasil desde as Jornadas de 2013, que se manifestou entre as secundaristas no ano de 2015 com as primeiras ocupações, e que fez do protagonismo feminino nas ocupações um marco.

De antemão, é fundamental para esta pesquisa que se conceba o gênero como uma categoria capaz de auxiliar na compreensão das relações humanas nas suas mais variadas formas. Em um contexto de luta por equidade e representatividade política, o debate de gênero, com base no feminismo, se torna uma ferramenta fundamental nas lutas travadas no século XXI.

Sendo assim, na esperança de sistematizar a experiência destas meninas, torna-se oportuno refletir sobre o papel e a importância que elas tiveram nas ocupações, que segue como legado. Esta tarefa é oportuna frente ao contexto político pós-eleições de 2018, que colocam para as organizações feministas novos desafios no campo macro político.

Já no ano de 2015, a *Primavera Feminista* toma novos rumos e amplifica sua pauta quando intitula Eduardo Cunha como o inimigo número um das mulheres. Eduardo Cunha era deputado federal eleito pelo Rio de Janeiro e presidia a Câmara Federal quando das discussões sobre o PL 5069/2013, de autoria do supracitado deputado. Na ocasião, grandes atos de rua com o mote “Cunha Sai e Pílula Fica” fizeram ecoar as vozes de milhares de mulheres que queriam um debate responsável sobre direitos reprodutivos.

Cunha foi preso no mesmo ano, mas, o governo pós-impeachment não só retomou a radicalidade da agenda econômica, com o Projeto de Emenda

Constitucional (PEC) 241 (renomeada de PEC 55 enquanto tramitava no Senado), que “congelaria” os gastos sociais da União por 20 anos, como também deu continuidade à política antifeminismo de Cunha e seus correligionários. Seus ataques aos direitos sociais, com as reformas que foram continuadas pelo então presidente empossado em janeiro de 2019, continuam a atacar diretamente as mulheres brasileiras.

A força e a radicalidade das secundaristas de 2015 e 2016 têm sido inspiração para mulheres por todo país que, com frequência, enfrentam o desafio de se reorganizar. Em 2018, logo no terceiro mês do ano, as brasileiras transformariam o luto pelo assassinato de Marielle Franco em uma grande luta contra a misoginia e o ódio de gênero que não só silenciam as vozes femininas e feministas do campo político, mas também ameaçam e dão cabo de suas vidas.

A extrema polarização no campo político que se aprofundou com a campanha que elegeu o atual presidente, segundo Rosana Pinheiro-Machado (2018), é inseparável do antifeminismo que se deu como reação conservadora às pequenas conquistas das mulheres e, na somatória de outras causalidades, consolidou o atual governo. O último marco, antes do processo eleitoral, de atuação das mulheres em solidariedade e homenagem à Marielle, mostrou a potência do movimento nas ruas e nas redes e, por óbvio, um conjunto de estruturas políticas foram novamente desestabilizadas.

O movimento feminista, ou o *feminismo*, se renova ao passo que ele se insere em novos contextos políticos. É importante que partam das reflexões sobre o gênero os novos olhares sobre o *ser mulher* e sobre o *ser homem*, que reinauguram novas teorias que nos dizem sobre a necessidade de desconstrução da masculinidade hegemônica, ou ainda, dos papéis impostos de gênero, que têm estruturado nossas atividades sociais como trabalho e maternidade/paternidade. Mas é tão necessário quanto que os coletivos e movimentos feministas consigam se valer deste acúmulo para os novos desafios que virão. É certo que, quando olhamos para as relações de gênero construídas no contexto das ocupações, muitos elementos ainda podem emergir e nos auxiliar neste processo de acumular cada vez mais repertório e potência para atuar diante dos desafios colocados. Isso faz dos relatos das meninas *ocupas* uma riquíssima fonte de inspiração.

Ser mulher na modernidade implica na desnaturalização de processos antes vistos como naturais. Os estudos acerca da constituição da mulher, bem como os

acúmulos do movimento feminista, mostram que velhas categorias ligadas à definição de mulheres vêm sofrendo transformações necessárias ao longo do tempo, ao passo que a mulher adentra com mais equidade o mercado de trabalho e assume o protagonismo das suas pautas políticas.

Este contexto é acirrado cada vez mais pelo refinamento dos processos condicionados ao capitalismo e ao racismo estrutural. A mulher proveniente da classe trabalhadora necessita estar guardada pelos direitos de classe, como aposentadoria, licença maternidade e seguro-desemprego. A emancipação financeira, na sociedade capitalista, é o que sustenta todas as outras formas subjetivas de emancipação, mesmo que a existência de “tarefas delegadas à mulher” ainda façam parte de um imaginário social, dificultando o debate sobre a divisão sexual do trabalho. Esta reflexão está presente na atuação da secundarista Clara, que relata:

Dentro da minha casa, o meu pai é bem “antigo”, então ele é muito machista. Ele é o tipo de pessoa que acha que mulher tem que limpar casa e todas essas coisas. Então eu já queria, mesmo antes da ocupação, entrar em conflito com ele por isso, do tipo, “ah, porque só eu preciso fazer?”. Isso mesmo antes da ocupação. A ocupação foi muito especial na minha vida por isso, porque eu consegui falar: “não pai, não está certo, não sou só eu que sujo o copo, nem só eu que sujo o prato e nem só eu que sujo o banheiro”. Então eu falei pra ele que eu queria trabalhar, participar das coisas. (Clara, entrevista, 2018).

A identidade de *mulher* colocada pela hegemonia do pensamento feminista branco já não basta mais. Falamos de mulheres pertencentes à classe trabalhadora que, em sua maioria, ao menos no Brasil, é negra⁵. Portanto, a *crise da identidade* que se instala é:

[...] vista como parte de um processo mais amplo de mudanças, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social. (HALL, 2015, p. 9).

Hall entende que a identidade é um modo dos sujeitos se centrarem e se entenderem no mundo. Ela é a principal responsável pela sensação de pertencimento a algo ou algum grupo e é certo que todas as identidades têm passado por um processo de desestabilização que, portanto, não é uma peculiaridade do “ser mulher”: “Essa perda de um ‘sentido de si’ estável é chamada, algumas vezes, de deslocamento ou descentralização do sujeito.” (HALL, 2015, p.

10). Grosso modo, isso significa que os sujeitos vão tensionar o lugar social que por tanto tempo lhe foi característico, fazendo com que alguma estrutura de identificação fissure ou que se crie uma ruptura definitiva. Esse processo nos coloca a importância de pensar no que emerge desta transformação tão fundamental que pode se tornar coletiva e, mais do que isso, quais são as suas potencialidades e consequências substanciais.

O fato de que projetamos a “nós mesmos” nessas identidades culturais, ao mesmo tempo em que internalizamos seus significados e valores, tornando-os “parte de nós”, contribui para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural. A identidade, então, costura (ou, para usar uma metáfora médica, “sutura”) o sujeito à estrutura. Estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos mais unificados e predizíveis. (HALL, 2015, p. 11).

Todo o esforço sociológico da modernidade para caracterizar esse sujeito que se configura na relação com a sociedade entra em crise junto ao próprio “eu”. Hall traz o conceito de modernidade tardia para qualificar um processo que ele denomina de globalização (HALL, 2015), mesmo sem uma mudança estrutural nos modos de produção capitalista, as trocas culturais, a imigração e o hibridismo são capazes de gerar novos impactos sobre essas identidades. Assim, se estabelece a crise de identidade do sujeito pós-moderno.

Para Hall, alguns acontecimentos, além do impacto da globalização, são capazes de causar essa instabilidade nos sujeitos. O movimento feminista continua sendo um deles. Sua potência positiva de desestabilizar uma identidade pode ser analisada no que nos diz Bia:

O movimento feminista, eu vejo como uma liberdade. Foi depois que eu conheci o movimento feminista que eu comecei a aceitar meu corpo, que eu comecei a aceitar meu cabelo, que eu comecei a aceitar que o padrão de beleza não precisa caber no nosso meio. Ele não precisa estar no nosso meio. E também eu aprendi que nem existe o padrão de beleza, porque a gente vive num país com bastante diversidade, então acho que seria injusto ter uma coisa só e ser a certa e foi através do feminismo que eu aprendi essa diversidade, que eu aprendi a lutar pelos meus direitos, que eu aprendi tudo. Foi através do feminismo que eu aprendi que ajudar outras mulheres torna a gente mais forte. (Bia, entrevista, 2019).

Bia finaliza seu relato com uma das coisas mais importantes que o feminismo precisa regatar: a função de fazer, dos seus instrumentos, ferramentas de emancipação coletiva. Se antigas identidades têm sido desestabilizadas, as novas

só podem ser compreendidas e sentidas em sua completude se forem compartilhadas. O feminismo precisa ser ferramenta de amparo e de debate político coletivo.

2 Rebele-se como uma menina: o papel do feminismo

Uma das perguntas feitas às secundaristas pedia que dissertassem sobre o momento ou a situação em que escutaram, falaram ou debateram sobre gênero pela primeira vez. Uma menina relata que o primeiro contato com a palavra gênero se deu na escola, mas não com profundidade. A sensação é que falar de gênero soa como abstração e que debater sobre essas identidades descentraliza a principal função da escola, que é controlar os corpos. Ela descreve:

Tive sim contato com o debate sobre gênero e foi na escola. Na aula do mesmo professor que jogou esse tema em uma redação para que nós escrevêssemos. Quando eu li essa pergunta, eu pensei: “Que pergunta perfeita! Vou conseguir contar algo e desabafar um pouco.” Então, ele jogou o tema da redação e eu e um colega meu, da sala, escrevemos a redação. Todo mundo escreveu, mas eu e esse meu colega tivemos que fazer um trabalho para recuperar a nota desta redação porque o professor não gostou do que a gente escreveu. Ele criticou a nossa redação onde ele podia, meio que com ódio do que escrevemos. Eu pedi pra ele pra ler a minha redação e ver o que tinha errado, e ele me disse que eu tinha sido imparcial. Aí eu disse: “Mas como você me pede pra escrever uma redação sobre gênero e não quer que eu seja parcial? Eu preciso dizer o que penso”. E eu e esse meu amigo fizemos o trabalho para não ficar de recuperação. O professor era machista, intolerante, preconceituoso, tudo de ruim que você puder pensar, era horrível a aula dele. Nós sempre discutíamos, às vezes as respostas dele nem estavam batendo com o tema, mas ele achava que ele estava certo, ele gritava e te intimava e não nos deixava abrir a boca. (Joana, entrevista, 2018).

Outra entrevistada pontua que gênero ou feminismo nunca pareceu ter centralidade nos debates feitos por docentes, mas que de alguma forma eles aconteciam, mesmo sem a tutela das e dos educadores:

Sim, debateu gênero dentro do ambiente escolar, no coletivo e nas salas de aula sempre havia debates sobre isso, por mais que alguns professores não colocassem em pauta, através de redações e assuntos. Nós colocávamos na roda, e entrava em discussões de gênero. (Gabi, entrevista, 2019).

Uma entrevistada relata ter visto sobre gênero e feminismo em pesquisas próprias: “Não. Na escola não debati gênero. Eu tive, mas foi fora da escola. Com livros que eu gostava de ler. Dentro da escola eu só fui ter quando ocupamos, pelas

palestras que eu e outra companheira organizamos.” (Clara, entrevista, 2018). Outra ocupa relata que “meu primeiro contato sobre discussão de gênero foi em casa e depois foi se estendendo pra rodas de conversa entre amigos.” (Marina, entrevista, 2018).

Finalmente, uma delas relata ter debatido gênero com profundidade em uma aula de artes, cuja professora é uma das suas inspirações:

Já tive várias discussões sobre gênero, antes da ocupação. Eu me lembro de uma das primeiras discussões, com base mesmo, foi com a professora de Artes no primeiro ano do ensino médio, foi onde eu comecei a me interessar mais pelo assunto. Foi na aula de Artes [...] e na de Sociologia com o professor. A gente debatia várias questões sobre gênero, sobre questões sociais, essas coisas, um tanto de coisa, e foi onde eu comecei a me interessar por esse assunto. (BIA, 2019).

Começar por esta exposição de relatos é importante para deslocar um imaginário geral que tem se espalhado, que afirma que se ensina e se fala muito sobre gênero na escola. Na verdade, pouco se fala sobre gênero e sobre feminismo na sala de aula. As causas são muitas, mas certamente existe um dispositivo de controle simbólico, que inibe o debate.

Na prática, discutir sobre gênero, feminismo e outros movimentos por igualdade em sala de aula seria fazer da educação “instrumento de transformação e promoção do direito à igualdade” (COVAS, 2018).

Deise Longaray, doutora em educação, sugere: debater sobre as diferentes configurações familiares, discutir diferentes assuntos relacionados aos corpos, gêneros e sexualidades, problematizar os marcadores sociais atribuídos às identidades sexuais e de gênero desconstruindo as representações que reproduzem o preconceito, discutir a importância do nome social nos registros escolares e acadêmicos e também a questão do uso do banheiro para travestis e transexuais, discutir o respeito que todos/as devemos ter sobre a pluralidade sexual, enfatizando a importância em não ser confundido com tolerância, apresentar leis que amparam cidadãos LGBTI, problematizando direitos humanos tais como segurança, saúde, tratamento e atendimento igualitários, dentre outros. (COVAS, 2018).

O fato é que, como dissemos, a realidade social criada na escola a partir da convivência diária das e dos estudantes é capaz de gerar formas de resistência. As ocupações foram uma destas formas, dando vazão à Primavera Feminista Secundarista, que pautava que todo o vigor da sua luta viria do feminismo.

Davis tem a radicalidade de nos apresentar grandes desacordos entre os processos de construção do sujeito “mulher branca” e do sujeito “mulher negra”. Enquanto as sufragistas lutavam pelo direito de poder trabalhar fora dos contextos do lar, travando uma luta contra trabalho doméstico e nivelando as suas condições econômicas com os homens, nas condições vivenciadas pelas mulheres negras,

o trabalho doméstico era o único trabalho significativo para a comunidade como um todo. [...] Foi justamente por meio dessa labuta – que há muito tem sido expressão central do caráter socialmente condicionado da inferioridade feminina – que a mulher negra escravizada conseguiu preparar o alicerce de certo grau de autonomia, tanto para ela como para os homens. Mesmo submetida a um tipo único de opressão por ser mulher, era levada a ocupar um lugar central na comunidade escrava. Ela era, assim, central à *sobrevivência* da comunidade. (DAVIS, 2016, p. 29, grifo da autora).

Esta passagem de Davis é importante por aguçar a nossa percepção para compreender algumas questões fundamentais. No limite da vida familiar, a equivalência negativa, em que homens e mulheres viviam a escravização e a opressão, é transformada em qualidade positiva, dando uma característica igualitária às relações sociais no contexto da cabana. (DAVIS, 2016). Nos limites da vida privada, as negras e os negros tiveram um modo de socialização do trabalho impressionante, em resposta às violências da escravidão. Todas as tarefas que eram cumpridas em função de suas próprias existências e não para o acúmulo do senhor de engenho, eram feitas em termo de relativa igualdade, o que, desde o princípio, fez com que a questão doméstica, por exemplo, não fosse um grande entrave para as mulheres negras. Se livrar da escravidão e da violência sistêmica infligida contra elas e seus companheiros sempre foi o mais fundamental. As mulheres negras ainda hoje herdaram resquícios deste processo.

Com esses pensamentos, as feministas norte-americanas negras, como Angela Davis e tantas outras, inauguraram a “Segunda onda feminista”. Já a “Terceira onda” é marcada pela reformulação do pensamento social a partir da categoria de identidade. É a onda que mais desestabiliza a categoria da feminilidade. Stuart Hall, já citado nesta pesquisa, analisa que a terceira onda feminista, junto às diásporas⁶ e à globalização, formam a tríade dos eventos que descentram e deslocam as identidades na pós-modernidade.

Um feminismo que tem as características que transitam entre a Segunda e a Terceira Onda é a abordagem desta pesquisa, construído a partir do rompimento

com a ideia universal da categoria mulher. Esta categoria se ressignifica, reconhecendo a existência de diversas mulheres, diversas raças, diversas sexualidades e gêneros. Como apresentamos na seção acima, a maioria das meninas vai entender e debater gênero e feminismo com comprometimento somente nas ocupações. Quando pedimos à Joana que definisse o que ela entendia como feminismo, ela descreve:

Ele é muito criticado por não ser entendido. Ele é muito criticado na sociedade onde mulheres morrem por pouca coisa, por qualquer coisa, por ter saído de casa sem o marido deixar, morrem mulheres de todas as formas idiotas. Então, o feminismo existe para combater aquele tipo de coisa que eu disse pra você mais no começo, aquela situação com aquele professor em sala de aula. O feminismo vem pra quebrar a ideia de que a mulher precisa ser submissa. A mulher pode ser independente e consegue estar na linha de frente em muitas coisas, melhor do que muitos que estão aí na frente. Então o feminismo é essencial e sem ele mais mulheres vão continuar sendo massacradas, desde a sala de aula até aquelas que morrem só por serem mulheres. (Joana, entrevista, 2018).

A princípio, trata-se de uma definição mais generalista, focada no âmbito das relações. Mas quando Joana descreve o impacto que teve ao vivenciar o feminismo nas ocupações, para que se sentisse mais forte como mulher, observamos que a natureza da definição acima não muda, mas, com a experiência, o relato ganha mais potência:

Como eu disse, eu acho que não tem como não se sentir mais forte como mulher depois das ocupações. Deu-me coragem para debater várias coisas que eu não tinha coragem, em casa, na família, nos relacionamentos, na universidade, na escola e em qualquer lugar. Depois da ocupação, eu sei que em qualquer lugar que eu vá eu sou capaz de debater sobre tal assunto e quando eu falei sobre o feminismo ser essencial, é por isso, quando a gente tem medo simplesmente por ser mulher, o feminismo vem e te mostra que não, você pode falar sobre suas ideias sem medo, sem medo nenhum. E aí eu acho que como mulher foi tudo fortalecido. Principalmente a coragem e a esperança, mesmo com o cenário político. Se eu tivesse medo até hoje, eu estaria perdida. (Joana, entrevista, 2018).

Essa experiência foi intensamente vivida porque, em média, foram 50 dias de imersão de cada uma delas nas escolas ocupadas, em um contexto que, segundo Ana Júlia Ribeiro, “gritava por isso, gritava por essa questão de igualdade” (*apud* COSTA; GROppo, 2018, p. 32). Feminismo e gênero nunca haviam sido tão vividos, falados e escutados dentro das escolas.

Outro fator que torna essa experiência feminista tão poderosa é o fato de que também os meninos compartilharam dela durante as ocupações. De modo

revelador, o trabalho doméstico, que se constrói como um problema de gênero desde a Primeira Onda feminista, não foi uma grande questão dentro das ocupações. Com a certeza de que esse fator era importante para a participação com igualdade na formação política das ocupações, a divisão de tarefas parecia ser feita sem grandes alardes, debates ou questões. Quando perguntada sobre isso, Ana Júlia Ribeiro relata que as tarefas eram divididas porque dessa forma “a gente distribui funções. E se a gente distribui funções, todos participam, todos fazem algo e ninguém fica sobrecarregado”. (*apud* COSTA; GROPPPO, 2018, p. 32).

Os meninos sabiam da importância deste trabalho coletivo e, ao se referenciarem nas mulheres como lideranças, acabavam percebendo, mesmo que de forma sutil, a importância que elas tinham nos espaços políticos. Desta forma, era natural que facilitassem a participação destas meninas em todos os processos. É o que descreve Joana, quando perguntada sobre como eram os debates sobre gênero e o que deles as e os *ocupas* encaminhavam:

Nós nos dividimos em equipes, segurança, limpeza e foi ali que vimos a necessidade de falar sobre os problemas da relação de gênero, porque os nossos cozinheiros eram homens, as pessoas que limpavam também, e nossa linha de frente eram mulheres. Então foi ali que a gente viu a necessidade de discutir isso. Foi ali que pensamos: por que não falar disso, gênero, feminismo? (Joana, entrevista, 2018).

Outro relato de Joana nos mostra como os meninos absorveram muito bem este debate e como isso foi importante para estruturar todos os eixos das ocupações, desde as relações sociais até o aspecto formativo, sem impor o papel de gênero normativo:

Todo mundo confiou em mim e eu até hoje tento descobrir o porquê disso, nenhum menino da minha turma pensou que sabia mais do que eu. Eu busco resposta para isso até hoje, mas penso que foi uma coisa que doeu mesmo, doeu ali em cada um ver sempre aquilo que a gente não gosta, sempre o homem na frente da mulher. Dentro da ocupação a gente sabia que aquilo não era legal. Os meninos, inclusive, eram bem críticos a isso. No fundo, eu acho que tudo aconteceu da forma que aconteceu porque cada um fez o que gostava ali, sem nada estabelecido, eu gostava de falar, então eu fiquei na linha de frente, eu poderia estar na linha e os meninos cozinhando porque era disso que eles gostavam. O companheiro gostava de ficar na segurança ou então de limpar o lugar onde todo mundo comeu, ou onde a gente fazia as oficinas. Ele sempre gostava de fazer isso, então ele ia lá e fazia. Não tinha uma coisa de “Ah, você é homem, você não vai fazer isso não, você vai ficar na linha de frente.” Mas ele não gostava disso. Então, pra que ele ia fazer o que ele não gosta? Então, quando a gente foi separar as equipes para trabalhar, foi com o princípio de cada um fazer o que gosta e se as pessoas não encaixavam em

nenhuma daquelas equipes, sempre tinham outras coisas pra fazer, a partir do que cada um gostava de fazer, ou pelo que sabia ensinar. Tinha um menino lá que gostava de desenhar, então a gente disse, vamos desenhar. Ele ensinou muita gente. (Joana, entrevista, 2018).

Um relato parecido com o de Joana é o de Clara. Ela conta que, durante o processo, o medo e o receio de ter que lidar com as relações de gênero e com uma socialização tão diferente como é a dos meninos foram substituídos por segurança, companheirismo e confiança política:

Olha, pra ser bem sincera, quando eu entrei eu fiquei com muito medo. Porque eles eram muito machistas. Aliás, no começo tinha muito mais homens que mulheres. Para dormir, sempre tinham mais homens do que mulheres, para dormir lá eu acho que fomos só eu e minha amiga no começo. E a outra amiga às vezes. Quando eu entrei, eu estava com muito medo, eu pensava assim: “Eles não vão escutar a gente”, “vai virar bagunça”. Mas quando eu e a minha companheira de ocupação falávamos - “Gente, amanhã tem palestra, a gente precisa que vocês participem delas, porque se virar bagunça, nós vamos perder a credibilidade” – e aí eles escutavam e iam. Outra hora: “Gente, é hora da limpeza”, e eles pegavam a vassoura e iam. Depois, eles já só pegavam e iam e eu só pensava “que coisa bonita, não é?”. Comida... Os gêmeos que faziam, e eles eram homens. E isso foi muito impactante. Então, eu cheguei e ter medo no começo, e depois não. Por exemplo, quando a gente conversou com o diretor para não considerar dia letivo, nós sentamos e perguntamos o que eles achavam, eu tinha me esquecido de te dizer isso, porque isso mostra que foi muito democrático. Não éramos só eu e a minha amiga, sabe? Então, eram mais a questões organizativas que eram com a gente. Mas eu não me lembro de ninguém virar pra gente e dizer: “Eu não vou fazer porque você é mulher e tá mandando”. Não, isso não aconteceu. Então eu achei que aquilo não fosse mudar e mudou muito. Eles respeitavam muito mais a gente do que se fosse outro homem, se fosse outro homem poderia ter “uma briga de território”. Por exemplo, teve um dia que eles queriam beber e a gente disse “aqui dentro não, se não dá B.O. pra todo mundo”, então eles obedeciam, obedeciam não, se conscientizavam. (Clara, entrevista, 2018).

De forma geral, a narrativa das meninas é bem parecida neste aspecto. Mesmo quando elas registram alguns problemas, elas relatam que esses foram de, alguma forma, contornados. O relato de Marina, neste sentido, é impressionante. Percebe-se que, além da preocupação em se proteger e se preservar como mulher, por meio do feminismo, ela discute e aponta a necessidade de que o diálogo com os meninos seja feito com didatismo e firmeza, mas que isso as faça sempre ter como horizonte que eles não são os seus antagonistas e de que, naquele momento, eles não eram seus inimigos políticos, como segue:

No geral foi boa, porém eu passei por duas situações bem chatas. Uma dessas situações partiu de um menino que nos apoiava, mas em um momento ele

tentou me beijar dentro de uma sala em que nós estávamos, sendo que eu nunca dei abertura pra ele. Nos conhecíamos havia algum tempo, e ele tinha noção de que eu não queria nada além de amizade, mesmo assim me pegou de surpresa e insistiu nisso. Eu acabei expulsando ele, o que hoje em dia eu vejo que foi muito errado. É uma parada que eu me arrependo muito, porque eu fiquei tão brava, que nem pensei em querer dialogar, eu simplesmente abri a porta e empurrei-o da sala em que estávamos. Hoje em dia olho pra trás e penso “cara, eu fiz muito errado”, me arrependo demais. Mas no geral foi muito boa minha relação com os meninos, bem positiva. (Marina, entrevista, 2018).

Os relatos das meninas dão a dimensão do que foi a prática discursiva e efetiva do feminismo nas ocupações. A prática das ocupas parece ir ao encontro do princípio do feminismo classista, com origem nos debates marxistas sobre classe e capitalismo, em que as mulheres só seriam verdadeiramente livres das opressões se o conjunto de toda sua classe fosse, incluindo os homens. Nesta prática era necessário e tático que os meninos se apropriassem e também soubessem a importância do debate feminista. O feminismo, no contexto das ocupações, assim como a auto-organização e a horizontalidade, era um critério para a construção de um movimento democrático.

A prática política, calcada no feminismo didático destas meninas, reatualiza um debate necessário entre capitalismo, patriarcado e direitos. A síntese desta relação precisa ser sempre a quebra do poder que alguns sujeitos têm sobre outros, homens sobre as mulheres, por exemplo, para que novas práticas políticas e inter-relacionais sejam fatores de emancipação, tanto das mulheres quanto dos homens. No contexto das ocupações, isso tem reflexo na luta travada contra políticas que ameaçam direitos de toda a classe trabalhadora, incluindo os mais básicos, como estudar e ter acesso à saúde de qualidade. Nesse sentido, nas palavras de Andrea D’Átri precisamos “do ressurgimento de um feminismo que não se auto satisfaça no refúgio intimista da libertação individual e se coloque um horizonte de crítica radical anticapitalista” (2017, p.25), em que o movimento feminista seja uma das ferramentas de emancipação das mulheres, mas também de combate a todas as outras opressões.

O capitalismo e o patriarcado se combinam, como em um casamento bem-sucedido. Desta forma, nenhuma luta por direitos ou por uma sociedade com mais equidade e igualdade avança sem o debate necessário do feminismo. Os corpos que o sistema de trabalho só considera como mão de obra, assim tornados pelo uso de instituições de controle e docilização, são corpos que são mães, estudantes e trabalhadoras, são corpos com sexualidade e identidade e que precisam se localizar

no mundo por meio de luta, conquistas e sonhos, desde os mais pessoais e individuais até os que são coletivos e localizados em um amplo debate político.

Em uma das mais importantes lições que as secundaristas nos deram, é importante destacar a que nos ensina que:

Na verdade eu não queria que o feminismo precisasse existir, não queria que fosse uma luz pra que as mulheres pudessem enxergar o quão importante são para o mundo, porém o patriarcado destrói isso em nós desde que somos pequenas. Então, já que ele existe, o que acho é que o movimento feminista é Liberdade. Foi um resgate pra mim e acredito que seja pra muitas de nós. Apesar de ainda haver algumas lacunas dentro do movimento, ele tem progredido bastante, é algo crucial dentro de uma sociedade como a nossa. (Marina, entrevista, 2018).

O feminismo, assim como as ocupações, não é um fim. Ele é um meio, uma ferramenta que precisa ser combinada a outros instrumentos, como o debate de classes e o debate racial, para que consiga cumprir com o objetivo da emancipação.

3 A importância da interseccionalidade

A breve apresentação de Angela Davis já nos aponta e nos dá a dimensão da importância do conceito a ser trabalhado. Angela é hoje uma das mais importantes teóricas da interseccionalidade, ela faz uma análise profunda e refinada sobre como as opressões se combinam e entrecruzam, num intenso debate com o marxismo ortodoxo que coloca a primazia da classe sobre outras categorias.

A interseccionalidade precisa ser uma nova forma de olhar para a sociedade e suas estruturas. O feminismo negro, dentro do debate de gênero, é o seguimento que mais disserta sobre a importância da perspectiva interseccional. A socióloga e feminista negra Patrícia Hill Collins (2016) analisa que o feminismo negro não se coloca como uma adição ou complemento ao feminismo branco universalista e difundido desde a Primeira Onda, ele é mais do que isso, ele é central.

O feminismo negro é o centro porque, ao dispensar um olhar universalizador de mulher, também dispensa outras universalizações. Sua perspectiva é a de se pensar nas opressões estruturais não só a partir do olhar das mulheres negras, mas, também, partindo da ampliação do sentido de humanidade. Isso porque as feministas negras pensam nas opressões estruturais pelo viés, óbvio, da vivência e da resistência de mulheres negras subjugadas e desumanizadas nas sociedades

coloniais e escravocratas (DAVIS, 2016), sociedades nas quais sofreram e lutaram em relativa igualdade com seus companheiros por liberdade.

O olhar interseccional de Davis para o feminismo está resumido nesta passagem:

Nosso movimento de mulheres é um movimento de mulheres no sentido de que é conduzido e dirigido por mulheres pelo bem de mulheres e homens, pelo benefício de *toda* a humanidade, que é maior do que qualquer uma de suas ramificações ou divisões. Nós queremos, nós pedimos o interesse ativo de nossos companheiros e, além disso, não estabelecemos limites de cor; nós somos mulheres, mulheres estadunidenses, tão intensamente atraídas por tudo o que nos diz respeito quanto todas as outras mulheres estadunidenses; não queremos alienar nem afastar, estamos apenas assumindo a linha de frente, dispostas a nos unir a quaisquer outras pessoas no mesmo trabalho e cordialmente convidando e dando as boas-vindas a todas que se unirem a nós. (DAVIS, 2017, p. 16).

No contexto deste discurso, Angela Davis destaca a importância da historiadora Gerda Lerner, ao tratar da história do movimento feminista a partir das pensadoras negras, no debate sobre uma prática interseccional. Neste encontro, as feministas negras debatiam sobre como, ao contrário de suas irmãs brancas, tinham que combater incessantemente o racismo que, vez ou outra, maculava as políticas organizacionais pretendidas pelas feministas brancas. Um exemplo seria a luta pelo sufrágio universal, em que as mulheres brancas votariam e participariam da vida política, mas os homens e mulheres negros não, por não serem equivalentes em matéria de raça e classe econômica. No contexto do início da luta pelo sufrágio feminino, a escravidão era ainda uma instituição nos Estados Unidos e na Inglaterra. Já na ocasião em que Angela fez esse discurso, estas mulheres definiram como função primordial de suas organizações a luta contra os danos causados pelo racismo e a defesa de mulheres e homens negros como princípio de emancipação de todas as pessoas (DAVIS, 2017).

Quando analisamos as entrevistas das ocupas, percebemos que esta prática do feminismo interseccional esteve presente nas ocupações. Também esteve presente quando os debates levavam os estudantes às reflexões em uma dinâmica incapaz de dissociar gênero, raça e classe. Mesmo na linha de frente das ocupações, as meninas carregaram consigo seus companheiros de luta. É o que o relata Clara. Quando questionada sobre o fato de que as meninas conformavam a linha de frente das ocupações, assim ela registrou:

Sim! Sem dúvidas, nós meninas fomos a linha de frente. Embora a gente tenha trazido muitos meninos para o nosso lado, sabe? Eu notei, realmente, que pessoas negras ficavam mais do nosso lado, outros meninos também, mas os meninos negros sempre estavam mais do nosso lado. Assim, tem pessoas que eu considerava extremamente machistas, e hoje eu vejo que eles mudaram [...]. Claro que eu não cheguei a falar com eles, mas lembro de que admirei muito essa questão de mudança, de apoio. [...] Tanto que na linha de frente estávamos sempre eu e a minha amiga. Eles sempre faziam tudo, mas eles faziam o que nós passávamos. Por exemplo: “gente, nós vamos fazer isso...”, “ok?”, “ok!” (Clara, entrevista, 2018).

O relato de Clara é importante porque confirma o que tentamos mostrar com Davis. Quando ela diz que os meninos negros as compreendem com mais facilidade, na condição de oprimidas pelo patriarcado, isso ocorre porque as naturezas da opressão racial e de gênero confluem em um só contorno de violência sistêmica. Os meninos negros sofrem na pele, as meninas sofrem por serem mulheres, e os dois sofrem porque suas identidades dão contornos mais violentos para a opressão do sistema. Essas duas lutas, portanto, conformaram a potência das relações interpessoais no contexto político.

A outra forma que fez com que o olhar interseccional estivesse sempre presente nas ocupações foi a formação dos espaços de debates. Eles eram sempre transversalizados por gênero e raça e isso se deve ao fato de que, dentro das ocupações, somavam-se em uma experiência comum várias identidades.

Na ocupação havia uma pluralidade impressionante de negros que colocavam em pauta e falavam sobre sua religião, como se sentem diante de pessoas que falavam negativamente sobre as cotas, como se sentem sendo julgados pela aparência. E que, por ter uma pele retinta, automaticamente te colocam no lugar de criminoso. (Gabi, entrevista, 2019).

Essa capacidade que a interseccionalidade tem de fazer com que o olhar estrutural seja capaz de trazer empatia para com a vivência do outro é apontado também em um trecho das memórias de Joana:

Nós levamos um debate sobre racismo, documentário, debates... comprovamos através deste debate, através dessas oficinas, que sim, o homem branco acha que é superior ao homem negro na nossa sociedade. Isso não acabou na escravidão. Parece que isso só ganhou mais impulso e, pior ainda, de forma mascarada, ele não está visível hoje em dia. Ele está escondido porque muitas pessoas tapam os olhos pra não ver, e eu questioneei: elas não tapam os olhos, elas veem e fingem que não viram porque não tem como você tapar os olhos pra isso. Eu sou de uma família de pessoas negras, eu posso te dar n exemplos de coisas absurdas que aconteceram com meu pai. [...] Na escola eu sofri muito

preconceito por causa do meu cabelo, por isso eu alisei meu cabelo e já era, foi muito bullying mesmo. Eu não queria ir para aula, diziam que meu cabelo era miojo queimado, que dava pra rodar bombril na rua, e, por ser criança, você acha que tem alguma coisa errada com você. Você entra num mundo que não é seu. Foi a pior fase da minha vida, e quando eu contava para o professor, ele simplesmente dizia que era assim mesmo, que criança falava isso. Isso era mais frustrante ainda porque ele não sabia do que você estava passando. Então teve o exemplo do companheiro, que eu acho que é o resumo do que as pessoas negras passam na sociedade de hoje, ele foi a pessoa que mais nos marcou porque, apesar de ter muitos outros negros, ele chegou ao extremo de se fechar, não se conhecer e se calar diante da crueldade. E ele ainda achava que a culpa era dele, então o companheiro tá ali pra mostrar que o racismo existe e que ele não tem barreiras, e por isso ele precisa ser muito debatido, muito discutido por todos os tipos de pessoas e em todos os lugares porque em todos os lugares que vamos a gente encontra racismo. O companheiro não tinha sossego aonde ele ia, então isso prova que o racismo está em todos os lugares e não só na escola, em todos os lugares precisamos falar sobre isso. A gente debateu e ali a gente viu que o racismo é tratado como uma coisa abstrata, mas ele tá dentro e machuca toda pessoa que sofre com ele, então como pode ser abstrato? Não é abstrato, ele está na nossa sociedade e tem que ser pautado. A gente estava na escola, e isso me fez pensar, por que não mudar a prática, por que não mudar o ensino? Por que não falar sobre isso? Por que não falamos sobre África? Por que a gente não usa a sala de aula para questionar porque essas pessoas continuam sendo oprimidas? Então, nessas oficinas a gente sempre buscou debater isso. Teve professora falando sobre história da África e não tinha nada a ver com o que tínhamos aprendido sobre África. As pessoas se moldavam muito dentro da ocupação. (Joana, entrevista, 2018).

Todos estes relatos apontam que estabelecer uma compreensão interseccional do mundo e das relações é potente porque tem como critério o exercício do olhar coletivo. Quando Joana descreve a trajetória de seu pai, ou mesmo a de seu companheiro, para ela a opressão que estes dois homens sofrem pela cor de suas peles não parecer significar menos ou doer menos do que a opressão que ela sofre por ser mulher. A indignação com que relata estas duas vivências parece movê-la ao lugar de uma luta combinada, em apoio, pela emancipação daqueles que, assim como ela, não acessam os privilégios deste sistema.

O olhar interseccional, a reflexão sobre as opressões de forma combinada, é potente. Saber como o antagônico se constitui, saber como funciona a estrutura social que solapa alguns em detrimento da boa vida de outros, é um importante processo para virar a correlação de forças sociais e empoderar, coletivamente, grupos oprimidos.

4 Feminismo e política: a democracia se conquista com empoderamento?

Inicialmente, empoderamento não seria uma categoria importante para esta pesquisa. Erroneamente usado pela militância liberal, o conceito é comumente entendido como um processo de emancipação individual. Ele está muito relacionado, nesta forma de uso, à performatividade corporal ou a ato de assumir uma identidade. A alusão de que se empoderar é uma forma de ganhar poder para “ser algo” leva a elencar ferramentas em prol de um empoderamento coletivo.

As ocupas falam muito e narram muito sobre os seus processos de empoderamento, no entanto, a dimensão da coletividade e também do uso político de uma atuação empoderada nos levou a reconsiderar o uso do termo. Para usar esta categoria, nesta pesquisa, precisamos antes explanar que:

[...] quando assumimos que estamos dando poder, em verdade, estamos falando na condição articulada de indivíduos e grupos por diversos estágios de autoafirmação, autovalorização, autoreconhecimento e autoconhecimento de si mesmo e de suas mais variadas habilidades humanas, de sua história, principalmente, um entendimento sobre a sua condição social e política e, por sua vez, um estado psicológico perceptivo do que se passa ao seu redor. Seria estimular, em algum nível, a autoaceitação, de suas características culturais e estéticas herdadas pela ancestralidade que lhe é inerente para que possa, devidamente munido de informações e novas percepções críticas sobre si mesmo e sobre o mundo que o cerca, e, ainda, de suas habilidades e características próprias, criar ou descobrir em si mesmo ferramentas ou poderes de atuação no meio em que vive e em prol da coletividade. (BERTH, 2018, p. 14).

Com base nesta definição, somado ao que relatou acima Joana - sobre o seu companheiro negro de ocupação e sua disposição em conhecer e enfrentar as questões sobre sua identidade -, decidimos então considerar o uso do termo empoderamento. É necessário pontuar que este processo de afirmação, que as levou ao protagonismo e ocupação de espaços políticos durante as mobilizações, foi conduzido também pela forma de organização e estruturação das ocupações. Quando solicitadas a descrever a relação entre feminismo e ocupação, protagonismo e empoderamento aparecem em quase todas as narrativas e têm em comum o fato de que a ocupação, assim como as atuações das secundaristas nas ocupações, conformam os principais elementos de seu fortalecimento político e pessoal. Muitas delas relatam que as ocupações foram fundamentais para romper com velhas estruturas e concepções:

Sim, a ocupação me fortaleceu muito! Como eu tinha te falado, a minha família era muito rígida. Eu sabia o que era ser uma mulher de luta, mas parecia que na minha própria casa não tinha jeito, eu não agia, sabe? Claro que depois eu mudei muita coisa. Hoje eu sei falar com meu pai, sei dizer quando não concordo com ele, não sei se ele me entende, mas hoje eu sei que ele me respeita porque ele viu que onde eu quero ir, eu vou, e o que eu quero fazer, eu faço. Ele sabe que eu não me privo por ser mulher ou pobre, se eu quero, eu faço. Eu estabeleço uma meta e ele sabe que eu vou chegar naquela meta. [...] Na minha vida, enquanto pessoa, fui muito religiosa, eu era evangélica. Hoje eu não sou mais, não sigo nenhuma religião. Eu sigo Cristo, ainda sou crente no sentido de crer, mas não sigo mais nada, ainda mais depois da ocupação. Porque eu comecei a ver que o pessoal da igreja mesmo jogou pedra em mim, e foi como eu disse, esse conflito gerou mudanças em mim, eu comecei a pensar mais criticamente ainda, quando eu reparava em algumas pessoas que falavam muito sobre a vida das outras pessoas e dentro dela não tinha nada, a não ser um vazio. (Clara, entrevista, 2018).

Para Clara, ter participado politicamente de um processo democrático em que sua fala foi ouvida e sua presença solicitada lhe deu a certeza de que outras rupturas poderiam ser feitas em outras dimensões da sua vida. Joice Berth define estes processos como empoderamento:

[...] embora possam receber estímulos externos diversos da academia, das artes, da política, da psicologia, das vivências cotidianas e etc., é uma movimentação interna de tomada de consciência ou de diversas potencialidades que definirão estratégias de enfrentamento das práticas dos sistemas de reprodução machista e racista. (BERTH, 2017).

A continuidade deste processo está condicionada, a partir disso, pela criação dessas ferramentas de enfrentamento. E elas só podem ser criadas coletivamente. Só de forma coletiva a correlação de forças pode ser modificada ou invertida. Berth (2018) salienta que este processo inicial precisa fornecer as estratégias para uma emancipação em que não se crie uma nova relação de dependência com um novo sistema de poder, na qual a pessoa que já transitou pelo processo de empoderamento consegue, politicamente, se sobrepôr a outras. As práticas internalizadas no processo do machismo e do racismo não devem mais se fazer presentes em uma prática coletiva de empoderamento, por isso, a manutenção da horizontalidade nas ocupações foi fundamental para que as ocupas internalizassem essa premissa e fossem capazes de serem tão solidárias umas com as outras e também com os meninos.

Resgatando Davis, é importante ressaltar que o conceito de empoderamento não é novo entre as feministas negras e norte-americanas. Construído coletivamente, ele dá luz a um novo caminho diante da luta contra o poder econômico e político.

Hoje, quando refletimos sobre os processos de empoderamento das mulheres afro-americanas, nossas estratégias mais eficazes continuam sendo aquelas guiadas pelo princípio adotado pelas mulheres negras do movimento associativo. Precisamos nos esforçar para “erguer-nos enquanto subimos”. Em outras palavras, devemos subir de modo a garantir que todas as nossas irmãs, independentemente da classe social, assim como nossos irmãos, subam conosco. Esse deve ser a dinâmica essencial da nossa busca por poder - um princípio que deve não apenas determinar nossas lutas enquanto mulheres afro-americanas, mas também governar todas as lutas autênticas das pessoas despossuídas. Na verdade, a batalha geral por igualdade pode ser profundamente intensificada pela adoção desse princípio. (DAVIS, 2017, p. 17).

As ocupas parecem entender esta dinâmica do empoderamento coletivo. Depois de passado todo o processo, duas de nossas entrevistadas, acompanhadas de outra companheira, criaram coletivamente um aplicativo chamado FemHelp. O aplicativo tem o objetivo de facilitar as denúncias e relatos de assédio moral e sexual, duas coisas contras as quais aprenderam a lutar de todas as formas durante as ocupações. Ele pode ser acessado, baixado e utilizado por qualquer mulher. A sua função consiste em informar as mulheres sobre os tipos de violência, definindo o que é violência, como denunciá-la através de canais de comunicação acessíveis para as usuárias e também oferece escuta por meio do que se parece com uma grande rede de apoio online, que é capaz de criar solidariedade entre várias mulheres que passam ou passaram por este processo. Elas dizem:

O momento que me marcou depois das ocupações foi criar o aplicativo [...] foi ter essa força de lutar por uma sociedade que impõe um padrão. Eu acho que é isso, eu acho que um dos momentos que mais marcaram depois da ocupação foi a criação do aplicativo. (Bia, entrevista, 2019).

Depois das ocupações, eu e mais duas meninas continuamos com nossas pautas em dia e com isso avançamos para um projeto no final do ano e criamos uma plataforma para mulheres que sofrem violência doméstica. E estamos até hoje com o FemHelp. (Gabi, entrevista, 2019).

Gabi e Bia certamente sabem da importância política do que fizeram. O que Gabi e Bia ainda podem não ter dimensionado é a importância que essa ferramenta

tem para a construção coletiva do empoderamento através da rede de apoio criada. Mulheres que denunciam e emancipam seus corpos e mentes de uma violência constante e sistêmica certamente são mulheres que, de alguma forma, transformam suas vivências em participação política. Quando bem orientadas e ouvidas, elas podem fazer do relato de suas experiências o principal instrumento de luta contra o machismo, contribuindo para a criação de leis e compartilhando formas de autoproteção.

Para além da experiência concreta da ruptura de Clara com as instituições sociais, como família e religião, o empoderamento coletivo pelo qual as meninas passaram nas ocupações as fortalece para futuras caminhadas. O olhar parece ser sempre um horizonte de lutas e participação política e democrática, na linha de frente e como inspiração. Ocupar “mostrou algo que eu já sabia, mas que eu precisava botar em prática com mais força: nós mulheres temos força e podemos opinar, não devemos nunca ter medo” (Marina, entrevista, 2018).

Considerações finais

Quando sujeitos mobilizam suas próprias experiências, o resultado é a contestação de estruturas inflexíveis e que não respondem mais às nossas necessidades. Uma destas estruturas questionadas foi a dos papéis de gênero. Por meio da prática feminista, que consideramos nesta pesquisa como classista e que carrega elementos de um feminismo interseccional, não só as meninas se construíram como protagonistas destes processos como também foram capazes de perceber que o diálogo, estimulado pelo princípio da democracia e horizontalidade, pode modificar as relações de gênero estabelecidas e fazer de seus companheiros homens, bons aliados na luta contra o sistema. Além de, é claro, as fazer perceber seus próprios lugares no mundo.

O processo mais importante de toda essa experiência com o feminismo está, certamente, no que bell hooks (2016), outra intelectual e feminista negra, diz sobre expressarmos amor por meio da união do sentimento e da ação. Essas meninas vivenciaram todas as demonstrações de solidariedade e cuidado, o que podemos resgatar como o verdadeiro sentido de sororidade em que, ainda segundo hooks (2016), “o amor que liberta nasce de uma mulher”.

Logo em 2018, dois anos depois das últimas ocupações, essa lição ainda parece prevalecer. Nas eleições presidenciais passadas, muitas destas secundaristas ainda colocariam em prática toda a sua experiência de luta para, mais uma vez, atuar em um contexto macro político. O levante de mulheres contra o candidato declaradamente machista e misógino mostrou que a luta das mulheres se coloca como a principal movimentação deste período. O impacto político é tão grande que fez com que a pesquisadora Rosana Pinheiro-Machado (2019) dissesse, que é “impossível separar o bolsonarismo do antifeminismo”, afirmando que a ascensão do candidato se coloca como uma “reação à nova geração de meninas feministas, que é inédito no Brasil”. Ainda nas palavras da pesquisadora, o “#EleNão foi um movimento incrível para mostrar a força das mulheres que rejeitam Bolsonaro. Seu impacto foi enorme e será maior, pois ainda teremos muitas manifestações lideradas por mulheres e este é um espaço importante para a politização desse grupo.” (PINHEIRO-MACHADO, 2019). A afirmação nos confirma o que as meninas relatam, elas perderam o medo de fazer e ser o que quiserem, hoje elas sabem que é necessário estar em todos os lugares e protagonizar as lutas políticas.

As ocupações não foram uma mobilização qualquer. Ainda que o espaço escolar não tenha assimilado toda a experiência estudantil, ele ainda é o lugar de onde, potencialmente, nasce a resistência. Das lições mais importantes a se aprender com as e os secundas, merece destaque a luta pela qualidade da educação pública. Mais do que dizer que a escola “não funciona”, estas e estes estudantes nos mostraram como ela poderia funcionar. Mais do que dizer que a escola é “chata”, eles nos mostraram que a escola pode ser o espaço mais legal do mundo se ela for o espaço da afetividade. O desejo é que a gente nunca se esqueça deste legado, desta juventude que, diante da radicalização de processos autoritários, nos deu alternativas para acreditar em outras possibilidades.

Notas

* Isabella Silveira é professora de Sociologia da Rede Estadual de Educação de Minas Gerais, Mestre em Educação pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). Foi bolsista de Mestrado pela Comissão de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: isabellasilveira48@gmail.com

** Luís Antonio Groppo é professor da UNIFAL-MG, Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas, Bolsista de Produtividade em Pesquisa –

CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). E-mail: luis.grosso@unifal-mg.edu.br

¹ Trata-se da dissertação de mestrado em Educação de Isabella Silveira, defendida no Programa de Pós-graduação em Educação da UNIFAL-MG em março de 2019, com o título “‘Lute como uma menina’: gênero e processos de formação na experiência das ocupações secundaristas”, orientada por Luís Antonio Groppo. A dissertação se inseriu na pesquisa “A dimensão educativa das organizações juvenis: estudo dos processos educativos não formais e da formação política no interior de organizações juvenis de uma universidade pública do interior de Minas Gerais”, coordenada por Luís Antonio Groppo e realizada pelo Grupo de Estudos sobre a Juventude da UNIFAL-MG, entre 2016 e 2018. Disponível em: <<https://bdtd.unifal-mg.edu.br:8443/handle/tede/1409>>. Acesso em: 26 ago. 2019.

² A Revolta dos Pinguins foi assim denominada por causa dos uniformes usados por estudantes. Reivindicava-se do governo chileno a gratuidade do exame para entrada no ensino superior bem como melhorias nas condições estruturais das escolas, entre outras demandas.

³ Um recurso de linguagem para fazer agitação de pautas políticas que é muito usado em movimentos sociais.

⁴ Todas as meninas tiveram seus nomes modificados para que fossem usados trechos de suas falas neste relatório, com exceção do nome da Ana Júlia Ribeiro, cujo conteúdo da entrevista já está público. As entrevistas foram solicitadas e feitas dentro dos parâmetros exigidos pelo método científico. Todas assinaram e concordaram com o Termo de Consentimento exigido pelo Comitê de Ética da Universidade.

⁵ Sobre este debate ver artigo de Pereira e Sampaio (2018).

⁶ De modo breve, a diáspora vai ser definida por Hall (2003) como um processo de espalhamento dos povos entre as regiões do mundo. Eles carregam seus processos e construções de identidade para outros territórios e desestabilizam identidades que antes pareciam sólidas.

Referências

BERTH, Joice. **O que é empoderamento?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018.

COLLINS, Patrícia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade e Estado**, v.31, n.1, p. 99-127, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v31n1/0102-6992-se-31-01-00099.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2019.

COVAS, Fabíola Sucasas Negrão. A proibição das abordagens de gênero nas escolas. **Consultor Jurídico**, São Paulo, 10 dez. 2018. Disponível em:

<<https://www.conjur.com.br/2018-dez-10/mp-debate-proibicao-abordagens-genero-escolas>>. Acesso em: 21 jan. 2019.

DAVIS, Angela. **Mulheres, cultura e política**. São Paulo: Boitempo: 2017.

_____. **Mulheres, raça e classe**. 2ª ed. São Paulo: Boitempo: 2016.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003.

hooks, bel. O amor que liberta nasce de uma mulher. **Geledés. Instituto da mulher negra**. 23 set. 2016. São Paulo. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/o-amor-que-liberta-nasce-de-uma-mulher/>>. Acesso em: 12 mar. 2019.

PEREIRA, Ellen Caroline; SAMPAIO, Simone Sobral. A relação de classe e raça na formação da classe trabalhadora brasileira. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n.133, p. 432-445, set./dez. 2018 <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n133/0101-6628-sssoc-133-0432.pdf>>. Acesso em: 1 mar. 2019.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. Vi mulheres brigando com homens que fazem de Bolsonaro sua arma de fogo. **The Intercept, Brasil**, 20 agosto, 2018. Disponível em: <<https://theintercept.com/2018/08/20/vedetes-homens-bolsonaro-bondes/>>. Acesso em: 20 jan. 2019.

Recebido em: julho de 2019.

Aprovado em: setembro de 2019.